



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMANDO TRIPARTITE - CT/DPF/FIG/PR

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 29957293/2023-CT/DPF/FIG/PR - LEI 14.133/2021

**SERVIÇOS CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA –
CONTRATAÇÃO DIRETA**

MJSP - POLÍCIA FEDERAL (PF)

(Processo Administrativo nº 08395.000303/2023-42)

Versão modelo AGU: Junho/22, retirado do site da AGU em 05 de julho de 2023.

Processo nº 08395.000303/2023-42

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA
LEI N. 14.133/2021**

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de buffet, tipo *coffee break* e almoço, para atender as reuniões entre os representantes do Comando Tripartite (CT) e demais eventos realizados pela Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu/PR - DPF/FIG/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA DE PESSOAS PARA TODOS EVENTOS	VALOR UNITÁRIO/PESSOA	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de buffet, tipo coffee break , para atender as reuniões entre representantes do CT.	12807	Pessoas	280	R\$ 30,30	R\$ 8.484,00
2	Fornecimento de buffet, tipo almoço , para atender a última reunião entre representantes do CT.	12807	Pessoas	120	R\$ 94,79	R\$ 11.374,80
3	Fornecimento de buffet, tipo coffee break , para atender os eventos promovidos pela DPF/FIG/PR	12807	Pessoas	800	R\$ 33,30	R\$ 26.640,00
VALOR TOTAL						R\$ 46.498,80

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº. 14.133/2021.

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 46.498,80 (quarenta e seis mil quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’, DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. O Comando Tripartite (CT) é um mecanismo de cooperação policial direta, firmado por ato constitutivo entre Brasil, Argentina e Paraguai em 1996, por meio do qual se [...] *congregam instituições policiais e de inteligência dos três países. É formal, pois decorre de acordo operativo firmado na cidade de Puerto Iguazú, Argentina, em 18 de maio de 1996, entre os Ministros do Interior da República da Argentina (Carlos Y. Cobach), Paraguai (Juan Manuel Morales) e do Ministro da Justiça do Brasil (Nelson Azevedo Jobim). A data é considerada como de fundação do CT. [...]*

2.2. Dentre as funções do Comando Tripartite consta: gerir as entregas de presos entre os países em coordenação com as representações locais e regionais da INTERPOL; o atendimento a demandas oficiais de outras instituições policiais e até mesmo de representantes dos Ministérios Públicos e dos Poderes Judiciários envolvidos, facilitando o trâmite de processos com o fornecimento de informações policiais e que não envolvam medidas de restrições pessoais ou reais.

2.3. Cabe informar que a presidência do Comando Tripartite é rotativa por quadrimestres, passando de país a país. As decisões são aprovadas por consenso, conforme as reuniões mensais organizadas pela presidência da vez. A troca de informações é diuturna por portais específicos, mediante confirmações, com o estabelecimento de câmaras técnicas para tratamento de assuntos especiais. Fazem parte do CT Brasil as seguintes instituições, sob a Representação Oficial da Polícia Federal: Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência e outras agências. Pela Representação Argentina, a Gendarmería Nacional, a Prefeitura Naval, a Polícia de Segurança Aeronáutica e a Polícia Federal. No Paraguai, somente a Polícia Nacional. Além desses, há sempre acesso a instituições convidadas para participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias do CT, como por exemplo, Receita Federal, Marinha do Brasil, entre outras.

2.4. Durante as referidas reuniões entre os representantes (dentre estes, autoridades policiais, servidores públicos, membros dos Ministérios Públicos e até mesmo representantes consulares dos três países), é comum o oferecimento de *coffee breaks* e almoços, neste caso apenas na última reunião de passagem da presidência temporária do CT Brasil para o Paraguai.

2.5. Durante os 4 (quatro) meses em que a Presidência do CT fica a cargo do Brasil são realizadas no total 8 (oito) reuniões, sendo 4 (quatro) acerca de assuntos de Inteligência e 4 acerca de assuntos gerais. Na última reunião sobre assuntos gerais, em que ocorre a transferência da Presidência do CT ao Paraguai, além do *coffee break*, ocorre um almoço ou jantar, a critério da coordenação do CT. Nas demais reuniões, oferece-se apenas um *coffee break*.

2.6. A demanda para fornecimento de *coffee break* abrange também a DPF/FIG/PR, que possui um calendário anual de eventos definidos em normativos, tais como: aniversário do policial federal (Portarias 1297-SR/PF/MS, de 4 de dezembro de 2018 e a 1271- SR/PF/MS, de 18 de setembro de 2018, assim como o art. 6º do DECRETO 5.279 de 22 de novembro de 2004); dia do Policial Federal (Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964); recepção de autoridades nacionais e estrangeiras, entre outros.

2.7. Para atender as demandas descritas acima, faz-se necessária a contratação de serviço de fornecimento de buffet, tipo *coffee break* e almoço, serviço não disponível atualmente nesta unidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘C’).

3.1. Trata-se de prestação de serviço comum para realização de eventos no âmbito do Comando Tripartite e da DPF/FIG/PR, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante dispensa de licitação.

3.2. O **buffet, tipo coffee break**, no âmbito do Comando Tripartite, ocorrerá 2 (duas) vezes ao mês, no período de outubro de 2023 a janeiro de 2024, totalizando 8 *coffee breaks*, e ocorrerão no auditório da Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu/PR, situada na Avenida Paraná, 3471, Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu/PR e estão programados para ter início 09h30min, devendo o

buffet, **tipo coffee break**, ser servido por volta de 10h00min, em datas a serem definidas e comunicadas à Contratada. O **serviço de buffet, tipo almoço**, no âmbito do Comando Tripartite, ocorrerá apenas uma vez, deverá ser servido a partir das 12h30min, com duração mínima de 2 horas e máximo de 4 horas, em data e local a serem definidos e comunicado à Contratada com prazo de 7 (sete) dias de antecedência da data do evento.

3.3. O **serviço de buffet, tipo coffee break**, no âmbito da DPF/FIG/PR, serão realizados na Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu/PR, situada na Avenida Paraná, 3471, Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu/PR, em datas e horários a definir, de acordo com as datas comemorativas, operações e outras demandas da unidade, devendo comunicar a Contratada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

3.4. Em caso de necessidade de reagendamento do evento, este será comunicado à contratada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. O cumprimento desta obrigação afasta qualquer direito à ressarcimento à Contratada.

3.5. As quantidades estimadas necessárias à execução dos serviços estão descritas no Anexo I deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA ‘D’ DA LEI Nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) A Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01/2010 e na política nacional de resíduos sólidos instituída por meio da Lei nº 12.305/2010.

b) A contratada deverá observar a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis;

c) A alimentação deve ser fornecida, preferencialmente, em vasilhames reutilizáveis ou em embalagens recicláveis e/ou biodegradáveis, evitando-se, tanto quanto possível, o uso de embalagens plásticas descartáveis;

d) Na preparação da alimentação deve ser dada preferência a ingredientes produzidos de forma sustentável, fornecidos por produtores locais, frutas da estação, dentre outras práticas similares.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.3. Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133 de 2021, tendo em vista se tratar de contratação de pequeno vulto e objeto de baixa complexidade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura do contrato, na forma que segue:

5.1.1. O serviço de buffet, tipo de coffee break, no âmbito do Comando Tripartite, será fornecido de forma parcelada, dividido em 8 (oito) reuniões, em datas e horários a definir, que serão comunicados à Contratada com prazo de 7 (sete) dias corridos de antecedência. A estimativa de participantes para cada reunião é de 35 (trinta e cinco), totalizando um total estimado de 280 (duzentos e oitenta) pessoas em todos os eventos. Entretanto, a quantia exata será determinada no momento da emissão da Ordem de Serviço (OS).

5.1.2. O serviço de buffet, tipo almoço, no âmbito do Comando Tripartite, será fornecido apenas uma vez, na última reunião do CT-Brasil, reunião de passagem da presidência

do Comando ao Paraguai, em data, local e horário a definir, que serão comunicados à Contratada com prazo de 7 (sete) dias corridos de antecedência. A estimativa de participantes para essa reunião é de aproximadamente 120 (cento e vinte) pessoas, mas a quantia exata será determinada no momento da emissão da Ordem de Serviço (OS).

5.1.3. O serviço de buffet, tipo de coffee break, no âmbito da DPF/FIG/PR, será fornecido de forma parcelada, a depender da demanda da Delegacia e do calendário de eventos da Polícia Federal, com número estimado máximo de coffee break para 800 (oitocentas) pessoas, distribuídos no período de 12 (doze) meses. A contratada será comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento. A quantia exata de participantes será determinada no momento da emissão da Ordem de Serviço (OS).

5.1.4. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

ITEM	LOCALIDADE	ENDEREÇO
1	DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR	Av. Paraná, 3471, Centro Cívico, Foz do Iguaçu/PR
2	A DEFINIR	A DEFINIR
3	DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR	Av. Paraná, 3471, Centro Cívico, Foz do Iguaçu/PR

5.2. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.2.1. A Contratante, quando solicitar um serviço de buffet, tipo coffee break e/ou almoço, deverá encaminhar uma Ordem de Serviço (modelo anexo ao Termo de Referência) para a Contratada com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos, no caso dos itens 1 e 2 deste TR, e 48 (quarenta e oito) horas, no caso do item 3 deste TR, contendo todas as informações necessárias à execução do serviço, tais como: a especificação dos itens que deverão compor o buffet e as quantidades, data do evento, local e horário;

5.2.2. A Ordem de serviço deverá ser emitida e encaminhada à Contratada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato ou por outro servidor indicado como ponto focal;

5.2.3. A Contratada, ao receber a demanda de serviço, deverá confirmar o recebimento do pedido em até 02 (duas) horas após a solicitação, comprometendo-se com a execução dos requisitos estipulados;

5.2.4. A Contratada, antes da reunião, deverá providenciar toda arrumação do espaço onde o buffet será servido, bem como chegar ao local com pelo menos uma hora de antecedência e após a reunião, deixar o local devidamente limpo, recolhendo o lixo em sacos de lixo que posteriormente deverão ser retirados do local;

5.2.5. A prestação de serviços contratados será parcelada, em quantidades variáveis, não inferior a 5 (cinco) unidades (pessoas), conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária da Contratante, durante o período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato;

5.2.6. A Contratada deverá fornecer toda a estrutura necessária para a execução dos serviços tais como: toalhas, louças, copos de vidro/descartável, garrafas térmicas, jarras, material de copa e cozinha, e etc;

5.2.7. Prestar os serviços pontualmente no horário e entregar os produtos nas quantidades, forma, prazo e local estabelecidos;

5.2.8. Fornecer os itens de boa qualidade, nas quantidades solicitadas, dentro dos padrões estabelecidos, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize o fornecimento com produto de má qualidade, estragado ou fora dos padrões de higiene;

5.2.9. Apresentar os produtos em suas devidas embalagens em perfeitas condições, substituindo, imediatamente, a partir da notificação, todas as unidades que não estiverem apropriadas para o consumo humano;

5.2.10. Todos os itens deverão ser transportados e acondicionados em embalagens térmicas e higiênicas, que proporcionem sua perfeita conservação e temperatura até o momento

de serem servidos e consumidos;

5.2.11. Trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará sua aceitação;

5.2.12. Nos termos do artigo 140, parágrafo 1º, da Lei 14.133/2021, a Contratante se reserva no direito de recusar o coffee break, caso seja verificada má qualidade dos alimentos, tais como: problemas com a aparência ou odor, embalagens inadequadas, que exponham os produtos à contaminação e/ou deterioração, ou ainda inadequação das condições higiênicas do veículo ou dos profissionais envolvidos na entrega;

5.2.13. Todos os produtos utilizados pela empresa, tais como: café, sucos, ingredientes e produtos em geral, deverão ser frescos, de boa qualidade e estar dentro da validade;

5.2.14. As opções e sabores indicados não esgotam as possibilidades de fornecimento pelo licitante vencedor, devendo este informar, em sua proposta, quais itens estarão disponíveis para fornecimento à CONTRATANTE, desde que respeitada a qualidade dos itens estipulados;

5.2.15. Todas as bebidas e comidas que precisarem de pratinho e/ou talher deverão ser servidas em utensílios laváveis ou descartáveis, tais como: copos, talheres, pratos, guardanapos e porta guardanapos;

5.2.16. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados, quando for o caso;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133/21).

6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (*caput* do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4. O Contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

6.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.2. DO RECEBIMENTO

6.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da execução do serviço, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.2.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.2.2.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

6.2.2.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.2.3. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

6.2.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo

detalhado.

6.2.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.2.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.2.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

6.2.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021).

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

7.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

7.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

7.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

7.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de alvará sanitário licenciado pela autoridade sanitária competente.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 00001/200366

Fonte de Recursos: 0100000000

Elemento de Despesa: 339039

Plano Interno: PF99900AG23

Foz do Iguaçu, data da assinatura eletrônica.

ÂNGELA PATRÍCIA RADECKI SOARES
Agente Administrativa
CT/DPF/FIG/PR

ADRIANO BATISTA CHAMME

Delegado de Polícia Federal
Chefe do NIP/DPF/FIG/PR

MARCO BERZOINI SMITH

Delegado de Polícia Federal
Chefe da DPF/FIG/PR - Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO BATISTA CHAMME, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 14/09/2023, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA PATRICIA RADECKI SOARES, Agente Administrativo(a)**, em 14/09/2023, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO BERZOINI SMITH, Chefe de Delegacia**, em 14/09/2023, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31429740&crc=D304E91F.
Código verificador: **31429740** e Código CRC: **D304E91F**.

Referência: Processo nº 08395.000303/2023-42

SEI nº 31429740